

REBELIÃO SUDANESA: A queda do “Morsisi” do Sudão

O povo sudanês acaba de derrubar seu antigo líder autocrático, Omar al-Bashir. É uma confirmação de que o fermento revolucionário da Primavera Árabe não desapareceu em 2011.

Em 17 de dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante na região central da Tunísia iniciou um incêndio revolucionário que se espalhou ao longo da região. Oito anos depois, em 19 de dezembro de 2018, a implementação de medidas de austeridade prescritas pelo Fundo Monetário Internacional, por parte do governo sudanês, provocaram um novo surto de protestos massivos. E dois meses depois que o levante sudanês explodiu, a população argelina começou sua própria revolta em luta contra um arrogante regime militar que estava a ponto de renovar o mandato presidencial do enfermo e pouco funcional Abdelaziz Bouteflika.

Os dois levantes, apesar de ainda eclipsados pelas conflagrações de 2011, fizeram com que a situação regional se parecesse mais e mais com uma Primavera Árabe revivida. De forma mais fundamental, a nova explosão de fermento revolucionário – depois do refluxo que começou em 2013 e ainda persiste em países como Síria, Egito, Líbia e Iêmen – é uma forte confirmação que a explosão de 2011 não foi meramente uma “primavera”, no sentido de uma breve e suave fase de democratização política. Foi, pelo contrário, a fase inicial de um processo revolucionário de longo prazo, motivado por uma crise estrutural relacionada à natureza social e política dos regimes da região. Na verdade, mesmo que os ventos da reação e da restauração tenham golpeado a região desde 2013, a instabilidade nunca se dissipou inteiramente: erupções locais de cólera social ocorreram em vários países do mundo de língua árabe, tais como Iraque, Jordânia e Marrocos. O Irã, ainda que não seja um país de língua árabe e seja um tipo muito

particular de estado, também se somou à luta.

A junta militar sudanesa anunciou ontem que havia derrubado seu antigo líder, Omar al-Bashir, e que está assumindo o poder por dois anos antes de transmiti-lo para um governo eleito, dando à reedição da Primavera Árabe um ar de déjà vu. Isso se parece com o anúncio da junta militar egípcia em 11 de fevereiro de 2011 de que estava depondo Hosni Mubarak e tomando o poder executivo por um período transitório. No entanto, há duas grandes diferenças entre o Sudão e o Egito, e elas irão definir o resultado do levante sudanês.

A primeira tem a ver com a Irmandade Muçulmana e os militares. Em todos os países-chave da “Primavera Árabe”, a corrente mais proeminente e poderosa da oposição foi a Irmandade Muçulmana. Ainda que o grupo não tenha iniciado as revoltas populares – aderindo a elas quando estavam em movimento e ganhando ímpeto – a Irmandade Muçulmana conseguiu marginalizar os iniciadores reais delas, uma coalização desorganizada de grupos de esquerda e liberais que variavam de organizações políticas e sociais até redes de jovens conectados pelas redes sociais. No Egito, a Irmandade Muçulmana foi instrumental em fomentar ilusões sobre os militares na primeira metade de 2011. Ela esperava que os militares fossem conduzi-los ao poder como parceiros.

Sabemos como aquela história terminou. Os militares se apropriaram da desilusão de massas com Mohamed Morsi, o presidente eleito da Irmandade Muçulmana, a fim de depô-lo e colocar um dos seus, o Marechal de Campo Abdel-Fattah al-Sisi. No entanto, o que a Irmandade Muçulmana esperava em 2011 não era produto de sua imaginação, mas uma reprodução do modelo que prevalecia ao sul, no vizinho Sudão, governado desde 1989 pelo Marechal de Campo Omar al-Bashir, em colaboração com a Irmandade Muçulmana.

Al-Bashir era um “Morsisi” – combinando as características tanto de uma ditadura militar e de um regime dirigido pela

Irmandade Muçulmana. Nas semanas recentes, essa peculiaridade conduziu ao espetáculo bastante surpreendente de inimigos regionais acorrendo ao socorro de al-Bashir: a ditadura militar anti-Irmandade Muçulmana do Egito de Sisi, o regime pró-Irmandade Muçulmana da Turquia de Erdogan, o reinado anti-Irmandade Muçulmana da Arábia Saudita; o emirado do Qatar, patrocinador da Irmandade.

Essa diferença entre o caso egípcio e sudanês está diretamente ligada à segunda: a Irmandade Muçulmana do Sudão não pode hoje em dia criar ilusões sobre a junta militar do seu país. E é menos provável que a população sudanesa seja enganada que a egípcia: eles sabem que os militares foram a coluna vertebral do regime de al-Bashir. De fato, há muitas indicações que o que levou o regime de al-Bashir a cortar sua própria cabeça é o medo dos generais de que o contágio revolucionário tenha começado a se espalhar entre as tropas nos últimos dias, com soldados aderindo às manifestações e defendendo-as dos capangas do regime e de outros corpos repressivos.

Neste momento, a situação no Sudão está totalmente em aberto e é impossível prever o resultado. Mas não será uma repetição do cenário egípcio que levou Sisi ao poder, ou pelo menos não com o consentimento popular. No Sudão, como na Argélia – e da mesma forma em todos os países da região – o destino de seu processo revolucionário reside na emergência de direções progressistas capazes de conduzir o movimento de massas através das terríveis ondas das forças contrarrevolucionárias (os velhos regimes e seus competidores ou apoiadores fundamentalistas islâmicos) e em direção à democratização social e política radical. Não há outra forma saída da desestabilização que tem sacudido a região desde 2011.

[1] Artigo inicialmente publicado na Revista Jacobin (<https://jacobinmag.com/2019/04/sudan-omar-al-bashir-arab-spring>)

Tradução de Waldo Melmerstein (via Esquerda Online)